

OFÍCIO SEI Nº 14615/2025/MF

Brasília, 15 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Carlos Veras Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 13, de 25.02.2025, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 59/2025, de autoria do Deputado Messias Donato, que solicita "informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o impacto financeiro orçamentário decorrendo da aprovação do Projeto de Lei nº 2.687, de 2022, que "Classifica o diabetesmellitustipo 1 (DM1) como deficiência".

A propósito, em resposta à solicitação do Parlamentar, encaminho o Despacho 49104744, da Secretaria do Tesouro Nacional, o qual afirma que a matéria do Requerimento de Informação foge às competências desta Pasta.

A título de colaboração, sugiro encaminhamento do pleito ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Previdência Social, o qual poderão, caso disponham, fornecer os subsídios necessários aos questionamentos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Haddad**, **Ministro(a) de Estado**, em 15/04/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.

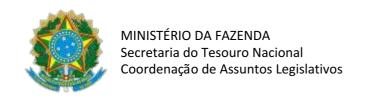


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador 49377818 e
o código CRC 683D5C99.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa CEP 70048-900 - Brasília/DF (61) 3412-2539 - e-mail aap.df.gmf@ economia.gov.br - gov.br/fazenda

Processo nº 19995.000976/2025-11.

SEI nº 49377818



DESPACHO

Processo nº 19995.000976/2025-11

À GMF-ASPAR-DAAD,

Trata-se da análise do Requerimento de Informação - RIC 59/2025 (48294539), aprovado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que solicitainformações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o impacto financeiro orçamentário decorrendo da aprovação do Projeto de Lei nº 2.687, de 2022, que "Classifica o diabetesmellitustipo 1 (DM1) como deficiência, conforme abaixo:

- 1. Qual foi a estimativa de impacto financeiro orçamentário calculada pelo Governo Federal para a inclusão de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 como deficiência física?
- 2. Quais despesas e benefícios foram considerados na análise de impacto financeiro, incluindo programas sociais, previdência, assistência e outros? Apresentar detalhamento.
- 3. Foram realizadas simulações de cenários alternativos para reduzir o impacto financeiro da medida? Em caso positivo, apresentar as projeções e suas respectivas implicações.
- 4. Quais foram os órgãos e entidades envolvidos na elaboração da análise financeira e no parecer que subsidiou a decisão pelo veto?
- 5. Existe previsão para revisão ou aprimoramento de políticas voltadas a portadores de diabetes mellitus tipo 1, considerando as dificuldades relatadas por essa população em diversas áreas, como educação e mercado de trabalho? Em caso positivo, apresentar detalhamento.
- 6. Existem medidas previstas para a ampliação do acesso a tecnologias, medicamentos e dispositivos para os portadores de DM1? Em caso positivo, detalhar.

Em atendimento ao Ofício 10778 (48861665), informamos que a Secretaria do Tesouro Nacional é o órgão central dos Sistemas de Administração Financeira e de Contabilidade Federal, responsável por analisar matérias financeiras e orçamentárias e garantir a observância às regras fiscais vigentes.

No que se refere às perguntas 1 a 3, esta Secretaria não tem competência para realizar o cálculo das estimativas de impacto para a proposição em tela, além de não termos conhecimento de estudos técnicos sobre as informações solicitadas. Sugerimos consulta ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Previdência Social, que devem dispor dos subsídios necessários a elaboração dessas estimativas. Adicionalmente, informamos que, conforme o §1º do art. 129 da LDO de 2025, a elaboração da estimativa cabe ao proponente do Projeto de Lei. Durante a fase de sanção do PL 2687/2022, Processo nº14021.006435/2024-18, a STN sugeriu veto integral devido a ausência de estimativas de impacto financeiro e orçamentário e medidas de compensação relacionadas a expansão da despesa obrigatória de caráter continuado da União.

Em resposta a pergunta 4, no âmbito desta Secretaria as áreas consultadas que embasaram a sugestão de veto foram a Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais e a Coordenação-Geral de Planejamento e Riscos Fiscais.

Quanto as perguntas 5 e 6, informamos que a matéria não é de competência desta Secretaria. Sugerimos consulta ao Ministério da Saúde.

Documento assinado eletronicamente

CARLOS OSWALDO BOTELHO GADELHA FILHO

Chefe do Núcleo de Assessoramento em Assuntos Legislativos



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Oswaldo Botelho Gadelha Filho, Chefe(a) de Núcleo**, em 13/03/2025, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador 49104744 e o código CRC 1CA25171.

Referência: Processo nº 19995.000976/2025-11. SEI nº 49104744